MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, realizou-se por videoconferência, a presente sessão ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

ORDEM DE TRABALHOS

- Período de Antes da Ordem do Dia de acordo com o n.º 1 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alandroal. ----------

Período da Ordem do dia: ----------

1.- Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto no artigo 25º, n. º2 al. c) do regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

2. - Prestação de Contas de 2020; ----------

3. - Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais; -------

4. – Reprogramação. - Estratégia Local de Habitação do Concelho de Alandroal. ----------

Período de "Intervenção do Público", no final da sessão, de acordo com o artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal. ----------

---------- Iniciados os trabalhos, procedeu-se à chamada tendo-se verificado as seguintes **presenças Daniel António Nobre Padilha; José António Padre Eterno; Fábio Manuel Roques Pisco; Luísa Maria da Rosa Valente; Susete da Piedade Gomes Basílio; Fátima Brites; José Alberto Noronha Robalo; Maria Amélia Fernandes Gomes; José Augusto**

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

Roma Pereira; Tomé Joaquim Falé Laranjinho; José Inácio Frade Padilha; Maria Helena Félix; José António Martins Colaço; Américo António Galhanas Rocha; José António Ramalho Zorrinho; Zaida Roques, em substituição do deputado Joaquim Ramalho Boieiro; Nadine Rosado, em substituição do deputado Miguel da Conceição Pereira Gomes; e Rafael Revuelta Nohl, em substituição do deputado José João Varandas Ramalho. Estiveram ainda presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal do Alandroal e vereadores. ----------

Faltaram os deputados: Ana Maria Ribeiro Fontes Coelho (Presidente da União de Freguesias de Alandroal, Mina do Bugalho e Juromenha), que justificou a sua falta e pediu a sua substituição para a presente sessão, nos termos da Lei, pelo membro seguinte, da sua lista. **Não foi substituída,** em virtude dos senhores Secretários da mesma Junta se encontrarem também reunidos em Assembleia de Freguesia. ----------

---------- **Joaquim Ramalho Boieiro,** (Presidente da Junta de Freguesia de Santiago Maior), que justificou a sua falta e pediu a sua substituição para a presente sessão, nos termos da Lei, pelo membro seguinte, da sua lista, **tendo sido substituído** pela Secretária da mesma Junta, senhora **Zaida Roques.** ----------

---------- **Miguel da Conceição Pereira Gomes,** (Presidente da Junta de Freguesia de Terena), que justificou a sua falta e pediu a sua substituição para a presente sessão, nos termos da Lei, pelo membro seguinte, da sua lista, **tendo sido substituído** pela Secretária da mesma Junta, senhora **Nadine Rosado.** ----------

---------- **José João Varandas Ramalho,** que justificou a sua falta e pediu a sua substituição para a presente sessão, nos termos da Lei, pelo membro seguinte da sua lista, **tendo sido substituído pelo senhor Rafael Revuelta Nohl.** ----------

Período de Antes da Ordem do Dia de acordo com o n.º 1 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alandroal. ----------

---------- Neste período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia informou que o motivo que levou à desconvocação da sessão desta Assembleia que tinha sido anteriormente marcada para o dia 18-06-2021, deveu-se ao facto do relatório do ROC ter sido

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

enviado para os membros da Assembleia Municipal em cima da hora da referida sessão, não havendo por isso, tempo para o apreciar. ----------

---------- Submeteu à consideração desta Assembleia, a alteração dos pontos da ordem de trabalhos fazendo constar como ponto 3, "Apreciação do Relatório do ROC" seguido os restantes pontos. Como ninguém se opôs, **foi aceite então a seguinte ordem de trabalhos:** ----------

PONTO 1. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto no art.º 25, nº 2, alínea c) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ----------

PONTO 2. - Prestação de Contas 2020; ----------

PONTO 3. - Apreciação do Relatório ROC; ----------

PONTO 4. - Autorização de Compromissos Plurianuais; ----------

PONTO 5. - Reprogramação – "Estratégia Local de Habitação do Concelho de Alandroal; ----------

Período de "Intervenção do Público", no final da sessão, de acordo com o artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia referiu também, que tinham sido enviadas aos membros desta Assembleia as atas das sessões anteriores, entre as quais, algumas que tinham sido aprovadas e que precisavam de ser corrigidas pelo que seriam novamente submetidas à votação, ficando validadas todas as atas aprovadas na presente sessão. ----------

Procedeu-se à votação das seguintes atas: ----------

Ata nº 3, da Sessão Extraordinária de 29-05-2020.

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

Não estiveram presentes nesta sessão os deputados, Padre Eterno; Américo Rocha; Fábio Pisco; Miguel Gomes; José Zorrinho não tendo sido substituídos; e Inácio Miguel Potra Tique que foi substituído pela deputada Fátima Brites. ----------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 do DITA e 1 do PSD); e com 12 votos a favor (6 do PS, 6 da CDU). ----------

Ata nº 4, da Sessão Ordinária de 26-06-2020.

Não estive presente nesta sessão o deputado Inácio Miguel Potra Tique, que foi substituído pela deputada Fátima Brites. ----------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 do DITA e 1 do PSD); e com 12 votos a favor (6 do PS e 6 da CDU). ----------

Ata nº 5, da Sessão Ordinária de 30-09-2020.

Não esteve presente nesta sessão o deputado José João Varandas Ramalho, não tendo sido substituído. ----------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 DITA e 1 PSD); e com 12 votos a Favor (6 do PS e 6 da CDU).

Ata nº 6 da Sessão Extraordinária de 23-10-2020

Não estiveram presentes nesta sessão os deputados, Joaquim R. Boieiro, Zaida Roques. -------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 DITA e 1 PSD); com 12 votos a Favor (6 do PS e 6 da CDU). -

Ata nº 7, da Sessão Ordinária de 18-12-2020.

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

Não estiveram presentes nesta sessão o deputado, Américo Rocha que não foi substituído. ----

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 do DITA e 1 do PSD); e com 12 votos a favor (6 do PS e 6 da CDU). ----------

Ata nº 1 da Sessão Extraordinária de 12-02-2021

Não esteve presente nesta sessão o deputado Joaquim Boieiro, que foi substituído pela Zaida Roques. ----------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 6 Abstenções (5 de DITA e 1 do PSD); e com 12 votos a Favor (6 do PS e 6 da CDU). ----------

Ata nº 2, da Sessão Ordinária de 27-02-2021

Não estiveram presentes nesta sessão os deputados, Joaquim Boieiro que foi substituído pela Zaida Roques; José Zorrinho, que não foi substituído e José Colaço que também não foi substituído. ----------

Esta Ata foi aprovada por maioria com: zero votos contra; com 8 Abstenções (5 do DITA, 2 da CDU e 1 do PSD); e com 10 votos a favor (6 do PS e 4 da CDU). ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho fez uma declaração de voto, dizendo que as suas abstenções relativamente às votações das presentes atas se prendiam com o facto das mesmas, lhes terem sido enviadas tardiamente. Disse que seria impossível estar a aprovar atas com muito mais de um ano, na medida em que já não se lembrava do que tinha dito naquelas sessões; e por isso não tinha a certeza se o que tinha sido reproduzido para as respetivas atas era fiel com o que realmente tinha dito. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia referiu que existiam as gravações das atas, as quais estavam guardadas podendo as mesmas ser consultadas. Perguntou se alguém teria mais algum assunto que quisesse ver tratado neste período de antes da ordem do dia. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- O deputado Tomé Laranjinho referiu que relativamente à presente sessão nem ele nem os restantes deputados tinham recebido, a documentação referente à informação do Presidente da Câmara e do restante executivo, tal como a informação financeira. ----------

---------- Alertou ainda o Executivo Camarário para o facto de haver em seu entender, uma situação de risco relativamente a um prédio situado sensivelmente em frente à unidade nova do Lar da Santa Casa da Misericórdia do Alandroal, o qual tinha o telhado completamente degradado, podendo no futuro próximo vir mesmo a ruir. ----------

---------- E reforçou o alerta para que a proteção civil, engenharia da Câmara ou para quem tivesse a competência de verificar se o referido edifício estaria ou não em eminência de ruir e fizesse o que teria de ser feito. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, tendo este esclarecido que toda a informação que era habitualmente dispensada para a Assembleia Municipal tinha sido enviada pelo Executivo, para ser distribuída pelos deputados, pelo que ficou convencido de que todos tinham recebido, tanto a informação do Presidente da Câmara como a informação de gestão; documentos que eram produzidos com a antecedência habitual e que estavam disponíveis para a data da sessão que foi adiada para esta data de 30-06-2021 e que não tinha sido certamente da parte do executivo, que não foram produzidos e distribuídos. ----------

---------- Relativamente ao referido prédio, o senhor Presidente da Câmara disse que a situação do mesmo poderia ser avaliada; tal como estava a tentar perceber o estado em que se encontrava um conjunto de prédios, neste Concelho. ----------

---------- Não havendo mais intervenções neste período de antes da ordem do dia entrou-se ao primeiro ponto. ----------

Ordem do dia:

1. -Apreciação da informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto no artigo 25º, n. º2 al. c) do regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara reforçou mais uma vez, que o Executivo produziu e enviou a devida informação, desconhecendo o motivo por que os deputados não a receberam; e lamentou que ninguém tivesse alertado para tal facto durante o tempo decorrido desde a convocação da sessão que acabou por ser adiada para a presente data, porque a qualquer momento o Executivo teria facultado a informação. ----------

---------- Em relação à informação de gestão, disse que não haviam alterações significativas, mantendo-se a trajetória desde o início do seu mandato, de aumento das disponibilidades; da redução do prazo médio de pagamentos, que no fim de dezembro de 2020 se situava em dois dias. ----------

---------- Que, as disponibilidades andavam próximas dos três milhões de euros, o que significava que quase que triplicaram em relação ao anterior mandato; tal como os pagamentos em atraso também, e mesmo as dívidas a terceiros a trinta dias, que relativamente à última sessão ordinária desta Assembleia, sofreram uma redução de cerca de 250 mil euros, situando-se no presente momento, nos 92 mil euros. ----------

---------- No respeitante às restantes informações, o senhor Presidente da Câmara referiu que havia algum tempo que este Concelho não tinha situações de casos positivos de Covid – 19, ou seja, desde o último surto associado ao estaleiro da rodovia, mantendo-se sem casos ativos. No entanto, disse ter conhecimento de que estavam a surgir alguns casos nos Concelhos vizinhos, mas que, o Município estava atento aos respetivos desenvolvimentos, tentando em conjunto com os outros municípios, ir controlando a situação. ----------

PONTO 2. – Prestação de Contas 2020

---------- Relativamente à prestação de contas, o senhor Presidente de Câmara lembrou que se iria neste ponto, proceder à apreciação e votação das contas do Município e não à sua aprovação; o que por vezes poderia induzir em erro. ----------

---------- Informou também que no que respeitava à prestação de contas, acima de tudo e em primeiro lugar se tratava da primeira prestação de contas, que tinha de ser submetida de acordo com o novo sistema contabilístico. ----------

---------- Que, a entrada no novo sistema ditou um esforço adicional para que a equipa da contabilidade do Município, pudesse e conseguisse elaborar a prestação de contas. ----------

---------- Referiu que o ano de 2020 tinha sido um ano atípico, no sentido em que houve uma mudança total do sistema de contabilidade, implicando que, também ao nível da própria conta

houvesse situações que eram difíceis, comparativamente com o sistema de contabilidade anterior; embora houvesse sempre formas de estabelecer paralelismos. ----------

---------- No entanto, salientou que foi um esforço muito grande, não só para a equipa desta Câmara, como para todas as Câmaras e que muitas destas, encontravam-se ainda em dificuldade para aprovar as suas contas. ----------

---------- Disse também que no caso do Alandroal, se tivesse sido realizada a sessão da Assembleia Municipal na data em que estava prevista (18-06-2021), teria sido a primeira Câmara do Distrito a aprovar as contas e a conseguir fazê-lo. ----------

---------- Disse ainda, que até ao dia da realização da presente sessão, algumas Câmaras ainda estavam a pedir prorrogação para a entrega das contas sem as conseguirem realizar. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara disse que tal merecia da sua parte, um elogio ao trabalho da equipa da Câmara Municipal que se antecipou aos problemas e que de facto, conseguiu ter os documentos prontos, muito antes do fim do prazo de entrega, que seria em 30-06-2021. ----------

---------- Referiu que como todos sabiam, a conta de 2020 era marcada pela situação pandémica que se estava viver, pelo que a partir de março de 2020, o Executivo teve que mudar grande parte das prioridades da Autarquia e focar-se no combate à pandemia; o que significou deixar para trás alguns projetos, algumas iniciativas que eram habituais da atividade do Município, substituindo-as por apoios às entidades de segurança, de saúde e de socorro, mais investimento em equipamentos de proteção individual para as escolas e para a população, etc... ----------

---------- Disse que tinha havido de facto, uma mudança de prioridades, tendo conseguido apurar que no ano de 2020, as despesas diretas com a pandemia, ou seja, aquelas que podiam ser apresentadas e sujeitas a possível reembolso de uma parte delas, tinham ultrapassado os 600 mil euros. ----------

---------- Daqueles 600 mil euros gastos devido à pandemia, disse ter expetativa de vir a receber cerca de 150 mil euros, através do Fundo Europeu pelo que ia formalizar a candidatura, estando previsto que cada Município pudesse receber cerca de 150 mil euros de comparticipação das despesas que realizou com equipamentos de proteção individual e outros.

---------- Referiu ainda, ter também a expetativa de vir a receber cerca de 50 mil euros do investimento que o Município fez em equipamentos informáticos para distribuir às crianças, quando se iniciaram as atividades letivas, à distância. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Reforçou mais uma vez que, sendo uma prestação de contas marcada pela pandemia, ainda assim, importava dizer que o esforço realizado com a pandemia não colidiu com os objetivos que o Município tinha, de cumprimento de metas e de rigor e equilíbrio orçamental, sendo aliás, digno de nota que era a primeira vez em mais de 20 anos de prestação de contas, que se cumpria o equilíbrio orçamental. ----------

---------- Que a pesar de tudo, era um ano marcado também pelo facto de terem sido honrados todos os compromissos, tendo a prorrogativa de não ter de pagar ao FAM, o correspondente da amortização de capital. E realçou que, a parte do capital que o Município teria de pagar ao FAM seria de cerva de 900 mil euros e que não teve de a pagar em virtude da situação pandémica; podendo canalizar aquele dinheiro para responder à pandemia e a outras necessidades resultantes. ----------

---------- Acrescentou que o Município estaria naturalmente, em condições de pagar se não fosse a situação pandémica, mas, que aquela não amortização acabava por marcar um pouco a trajetória atípica da não redução do endividamento, na medida do que estava previsto. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara disse que existia também, a situação atípica da necessidade de ter registado como dívida, o compromisso associado ao contrato de Eficiência Energética da CIMAC, o qual foi aprovado em Assembleia Municipal, traduzindo-se num aumento dos encargos em cerca de 528 mil euros; quando na realidade existiam até interpretações diferentes, mesmo entre os ROC's, de que se devia ou não ser considerado dívida, um compromisso daquele tipo, acabando por ser uma prestação que o Município teria de pagar à empresa até 2031, ou seja, durante 10 anos fosse ou não considerado como divida. -

---------- Salientou que segundo o entendimento, depois de muitos avanços e recuos, acabou por ser no sentido de que deveria ser registado como divida. Daí também a Câmara ter demorado tanto tempo a fazê-lo; que aliás, todos os Municípios o estavam a fazer no presente ano e que isso acabava por ter um impacto nas suas contas. ----------

---------- Em termos gerais, o senhor Presidente da Câmara registou o cumprimento do princípio do Equilíbrio Orçamental. O facto deste Município não ter pagamentos em atraso; pagamento de dividas a terceiros com mais de 90 dias; pelo facto também do prazo médio de pagamentos se situar nos dois dias, representaria o melhor desempenho de sempre deste Município, ao fim do ano. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara quis registar também, o aumento constante das disponibilidades que a prestação de contas refletia, ainda que, no ano de 2020 houve um acréscimo de 275 mil euros àquelas disponibilidades, relativamente a 2019; e também, naturalmente, na maior execução de fundos comunitários, em relação ao mesmo ano de 2019

em que se passou de 268 mil euros para 578 mil euros de fundos recebidos, representando quase que uma duplicação. ----------

---------- Resumiu que ao fim de quase quatro anos de prestação de contas, este Município não tinha qualquer perturbação nos compromissos assumidos, tendo uma situação cada vez mais estável a nível contabilístico, o que era digno de nota. ----------

---------- Seguidamente disponibilizou-se para prestar quaisquer esclarecimentos que lhe fossem solicitados. ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho pediu a palavra e disse ter várias questões técnicas; entre as quais a primeira, respeitante aos documentos da prestação de contas que eram vários, o que pela sua leitura e organização em PDF criariam alguns constrangimentos, podendo os mesmos terem sido digitalizados, numerados até de forma diferente e seguidamente enviados assim. Tal dava algum trabalho, mas que poderia mais facilmente, fazer algumas perguntas sobre o documento sem ter de andar a circular ou a saltitar pelos documentos. ----------

---------- Referiu que na página nº 12 do primeiro documento, que no PDF correspondia à página 14, dizia-se logo a seguir ao cabeçalho "aposentaram-se sete trabalhadores no ano de 2020". ----------

---------- Interrompendo, o senhor Presidente da Câmara antecipou-se e disse que havia uma discrepância naqueles números, na medida em que um documento referia que eram seis e noutro referia que eram sete, os trabalhadores que se tinham aposentado em 2020. ----------

---------- Continuando a sua intervenção, o deputado Tomé Laranjinho referiu que na página 230 do PDF do Relatório de Monitorização do PAM, que correspondia à página número seis do documento no seu ponto 2 em: "otimização da despesa, dizia "procedimentos de recrutamento de pessoal durante o ano de 2020, registou-se a redução de seis efetivos para a aposentação". Alertou para que se fizessem as devidas correções. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara confirmou que se tinha registado uma redução de sete efetivos para aposentação e não de seis. ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho disse que, entretanto, lhe tinha surgido uma duvida e que pediu esclarecimento relativamente ao que era referido na pagina n.º 21 do relatório Monitorização do PAM, nomeadamente, sobre as justificações para as despesas e para o aumento das despesas, que eram: "Não adotar medidas em matéria de gestão em tempo de trabalho, que conduzam ao aumento da despesa". ----------

---------- Disse também que "achou piada" à justificação que se dava, que era "a passagem das escolas para a competência do Município", dando a ideia que em 2020 as escolas tinham

passado para a competência do Município e que isso "agravou a falta dos recursos humanos que já era notória, o que levou a que o Município tivesse que recorrer constantemente ao trabalho suplementar". Pediu que tal lhe fosse explicado. ----------

---------- Lembrou que, no dia dezasseis de setembro de dois mil e oito foi assinado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal do Alandroal, com a transferência de competências que se mantinha até à presente data. Ora, no documento dava a sensação de que em 2020 tinha havido passagem de competências, das escolas para o Município; quando na verdade, tal não tinha acontecido. ----------

---------- E disse ainda, que no final de tudo iria perguntar quanto era que o Município tinha "encaixado" em dinheiro, da tutela, para aquela transferência de competências. ----------

---------- Respondendo às questões, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que ninguém tentaria, nesta fase, atribuir novas competências ou até dizer que houve passagem de competências, quando na verdade, todos sabiam que isso tinha acontecido há muitos anos atrás. ----------

---------- Explicou que podia eventualmente, aquela referência à falta de pessoal, estar associada às três aposentações que aconteceram neste ano de 2021 referentes a pessoal das escolas; ou seja, que daqueles sete aposentados, três eram das escolas. ----------

---------- E naturalmente, a situação da Covid-19 também ajudou de alguma forma, a que se tivesse de reforçar algumas respostas educativas junto das escolas, mas, certamente, no ano de 2021. ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho acrescentou que eram respostas que não tinham a ver diretamente com as escolas, a menos que estivesse sido incluída a Academia do Sucesso, a Ludoteca, etc. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara referiu que estavam incluídas todas as respostas educativas. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- O deputado Tomé Laranjinho salientou que se se fizesse uma leitura concreta daquele documento, obtinha-se uma sensação de que tinha aumentado o rácio do pessoal nas escolas, não se conseguindo por isso, adotar medidas em matéria de gestão de tempo e trabalho. ----------

---------- Respondendo, o senhor Presidente da Câmara disse que não era isso que se pretendia, mas sim, referir que as despesas globais com a educação, onde estavam incluídas naturalmente, as despesas com pessoal devido às aposentações, tinham tido algum aumento devido à pandemia. ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho disse que compreendia perfeitamente, o que o senhor Presidente da Câmara acabara de explicar, mas que, queria ver plasmado num documento, o qual seria aprovado na Assembleia Municipal e seguiria para o FAM; porque lhe dava a sensação de que se tinham aumentado os recursos humanos nas escolas e que estes tinham sido os causadores do aumento da despesa, quando não era assim. Logicamente que, com a compra dos computadores e tendo havido mais pessoas que foram necessárias para os distribuir e outras coisas mais, tudo isto contribuiu para um aumento da despesa. No entanto, isto devia constar escrito num documento, para no futuro se perceber melhor. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara concordou e disse que de facto, a redação do documento podia ser melhorada. ----------

---------- Insistindo, o deputado Tomé Laranjinho perguntou quanto concretamente, a Câmara tinha ganhado com a transferência de competências; porque o que até à data e segundo o que tinha chegado à Assembleia, não via que a Câmara Municipal tivesse a nível orçamental, ganhado nada com a transferência de competências, tirando talvez, da parte do REVIVE e da parte da obra da Fortaleza de Juromenha, ou de algum projeto ou outro. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Exemplificou que, relativamente aos caminhos ou estradas, o senhor Presidente da Câmara tinha o orçamento da Câmara para que os pudesse recuperar, porque o Estado não lhe tinha dado nem mais um cêntimo do que aquilo que já lhe dava. ----------

---------- Quanto a isto, o senhor Presidente da Câmara disse que se tratava de uma questão mais abrangente, que não lhe parecia que fosse até benéfico para todos, estar a discutir tal assunto no presente momento, uma vez que ainda faltavam muitos pontos nesta sessão, que tinham de ser discutidos. ----------

---------- No fundo, a questão da transferência de competências tinha sempre muito a ver com a forma como se olhava para ela; porque havia quem as encarasse como um peso para o Município e dissesse que elas deviam vir acompanhadas de dinheiro; e também, quem as encarasse como uma oportunidade. No entanto, disse que era graças a elas que o Município ia angariar dinheiro, pois, as coisas tinham sempre vários pontos de vista. ----------

---------- Do seu ponto de vista e aproveitando para fazer um parêntese, informou que no dia 29 de junho, ou seja, no dia anterior à presente sessão, assinou em Abrantes, na presença da senhora Ministra da Cultura e da Modernização do Estado, os autos da transferência de competências dos castelos de Alandroal e de Terena, para este Município. ----------

---------- Referiu que havia pessoas que perguntavam porque era que o Município tinha aceite os castelos, se não vinha dinheiro associado aos mesmos. ----------

---------- E acrescentou que a questão era muito simples, pois que se houvesse dinheiro para investir nos castelos, já teria sido investido e o Estado já teria os castelos noutro patamar de recuperação. ----------

---------- Porque, tendo o Município do Alandroal três castelos, com um potencial enorme de desenvolvimento e de atratividade, e andar dez, vinte ou trinta anos a apontar o dedo ao Governo Central dizendo que não fazia nada, tal não resolveria problema absolutamente

nenhum, nem nunca iria resolver. No entanto, referiu que a partir do momento em que o Município tivesse a posse dos castelos, embora assumindo a responsabilidade, até porque os castelos tinham problemas de segurança que tinham de ser acautelados, não se podia esperar que de um dia para o outro, o Município conseguisse fazer as intervenções necessárias para acautelar todos os riscos. Mas, certo era que, a partir do momento em que os castelos estivessem do lado do Município, este poderia desenvolver projetos, fazer candidaturas, obter financiamento e poderia intervir de forma proactiva e recuperar os castelos que, no fundo, era o que já estava a fazer. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara informou também, que quer para o castelo de Terena, quer para o castelo do Alandroal, a Autarquia estava a desenvolver projetos; havendo sempre duas formas de olhar para as questões. E que a nível da educação, fazendo um balanço entre o dinheiro que a Câmara recebeu e sobre o ponto de vista da obtenção de lucros, seria óbvio que o Município não tinha qualquer lucro. ----------

---------- Salientou que um município como o do Alandroal, querendo prestar aos seus munícipes um serviço educativo de qualidade; querendo oferecer refeições; querendo oferecer transportes; cadernos de atividades; querendo oferecer acesso à escola virtual; querendo ter uma Academia do Sucesso que disponibilizava atividades extracurriculares a vários níveis; e querendo ter computadores disponíveis para as crianças, não poderia estar a fazer contas de que fosse o Estado a dar-lhe tudo isso; porque tinha que sair também, do esforço do Município. ----------

---------- Reforçou que, quem achasse que era com o que viesse do Estado, que a Câmara fazia a fatia do orçamento para a educação, ou fazia a fatia do orçamento para as estradas, ou que era ainda, com o que recebia do Estado que fazia a fatia para intervir nos castelos, pois, não faria nada. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Para terminar e numa última intervenção, o deputado Tomé Laranjinho pediu a palavra e disse que concordava como que o senhor Presidente da Câmara tinha dito. No entanto, lembrou ainda que em 2008 estavam plasmados vinte mil euros para a conservação e manutenção e que em 2021 estavam plasmados os mesmo vinte mil euros, para o efeito. -------

---------- Lembrou também, que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que não pagou ao FAM, os 900 mil euros, mas, no entanto, gastou cerca de 600 mil euros com algumas medidas de combate à pandemia, restando 300 mil euros, pelo que a Câmara ainda poderia fazer alguma coisa com aquele dinheiro; porque senão, tinha que o ter dispensado. E que o Município não se devia esquecer que aqueles 900 mil euros em 2020, mais os outros 900 mil euros de 2021, que não tinham sido pagos por força da pandemia, teriam de, mais tarde ou mais cedo, ser pagos. ----------

---------- O senhor Presidente da Câmara aproveitou para lembrar também, que ninguém se poderia esquecer que houve uma redução das receitas cobradas de cerca de 187 mil euros; que no fundo, também eram acarretadas por aquela não amortização do FAM; e se se contassem as despesas que não eram contabilizadas diretamente, andaria próximo daquele valor. ----------

---------- Informou que aqueles valores, quer de 2020 quer de 2021, teriam de ser repartidos pelo restante período de vida do empréstimo do FAM; e que a Câmara tinha de tentar encontrar um equilíbrio, porque ninguém estava a contar que houvesse uma pandemia. Disse que se pudesse escolher, preferia continuar a pagar ao FAM e não ter de passar pelo processo que todos estavam a passar. ----------

---------- Disse também, que era importante referir que o Município ia entrar num processo de renegociação com o FAM quanto ao empréstimo e que, quanto ao plano de assistência já tinha conseguido renegociar a redução da taxa de juro, o que iria abater em cerca de um milão de euros, àquele endividamento; tendo apenas de acomodar um dos dois anos da pandemia. -------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Mais disse, que iria continuar a honrar os compromissos do Município, como até ao presente momento. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação o presente ponto da ordem de trabalhos, que foi **aprovado por maioria com 6 votos contra (5 do DITA e 1 do PSD); com zero abstenções; e com 12 votos a favor (6 da CDU e 6 do PS).** ----------

PONTO 3. - Apreciação do Relatório ROC; ----------

---------- Não houve nenhuma intervenção relativamente a este ponto da ordem de trabalhos que foi apresentado para apreciação, passando-se ao ponto quatro. ----------

PONTO 4. - Autorização de Compromissos Plurianuais; ----------

---------- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara informou que este pedido de autorização dizia respeito à conclusão da obra da Escola EBI Diogo Lopes de Sequeira, em Alandroal. ----------

---------- Referiu que já tinha sido aprovada em Assembleia uma reprogramação que, entretanto, teve de sofrer alguma alteração, porque o projeto do pavilhão gimnodesportivo e o projeto do bloco pré-escolar tinham sido revistos; o que levou a um aumento do orçamento de 21.532,52 euros. ----------

---------- Informou que de momento a estimativa do custo do investimento naquele pavilhão era de 1.363.110,60 euros, mais IVA e no bloco pré-escolar era de 533.823,91 euros, mais IVA. ----------

---------- Salientou que o que se propunha neste ponto da ordem de trabalhos, era a distribuição daqueles valores por um período de catorze meses, que era a expetativa de

execução da obra da Escola, que abarcava três anos (2021; 2022; e 2023). O valor total seria de 2.010.750,58 euros, representando o valor base para lançamento do concurso. ----------

---------- Finda a intervenção do senhor Presidente da Câmara relativamente a este ponto, senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria questionar acerca do mesmo. ----

---------- Não havendo mais intervenções, foi este ponto submetido à votação e foi **aprovado por unanimidade.** ----------

PONTO 5. - Reprogramação – "Estratégia Local de Habitação do Concelho de Alandroal

---------- O senhor Presidente da Câmara referiu que tinha sido enviado aos deputados o documento final da proposta da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Alandroal, estando esta já articulada com o IRU. Disse que era resultante do trabalho que tinha sido desenvolvido ao longo dos últimos dois anos, a qual procurava resolver e dar resposta no âmbito do primeiro direito, às principais situações existentes neste Concelho; em particular, de habitações degradadas, de pessoas que vivessem em condições de sobrelotação e de falta de resposta social. ----------

---------- Informou que tinham sido contactados para o desenvolvimento desta estratégia, várias entidades do concelho que poderiam também beneficiar das mesmas; sendo que a única que dispunha de imóveis em condições de entrar no programa era a Santa Casa da Misericórdia do Alandroal, estando assim prevista como entidade beneficiária para sete imóveis, no sentido de resolver problemas de condições habitacionais de casas que, sendo propriedade da Santa Casa da Misericórdia, estavam arrendadas. ----------

---------- Reforçou que esta proposta de Estratégia Local de Habitação ia no sentido de serem aprovadas setenta e cinco intervenções, das quais, apenas sete eram extra-Município, por pertencerem à Santa Casa, tendo como objetivo resolver problemas do núcleo precário, que eram os cinco pré-fabricados que a Câmara tinha em Terena; reforçar a bolsa de resposta a situações de vulnerabilidade, recuperando dois imóveis que estavam colocados à disposição de situações como as de apoio à vítima, ou outras situações de emergência, situadas na Vila do

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

Alandroal; e, promover a resolução de condições indignas mais prementes e aumentar a oferta de habitação, enquanto condições dignas e acessíveis. ----------

---------- Informou também, que existiam quarenta beneficiários diretos, em todo o Concelho, que eram famílias que poderiam ver melhoradas as condições das suas habitações. ----------

---------- Disse que para além da Santa Casa da Misericórdia do Alandroal, que tinha sete beneficiários, existiam ainda mais vinte e um fogos, previstos para valorizar dois loteamentos no Município que, em habitação social, se encontravam totalmente desocupados e sem procura, que eram nomeadamente, o Loteamento da Tapada do Cochicho, no Alandroal e o Loteamento da Genovevinha, ma Aldeia da Venda. ----------

---------- Informou ainda, que tal correspondia a um investimento total de 3.106.522,00 euros. Que em circunstâncias normais, o IRU financiava 54% daquele valor e o Município teria de encontrar os restantes 46%. ----------

---------- Que, tal como todos sabiam, o Governo tinha decidido através do PRR que a promoção da habitação seria uma das prioridades para este Plano de Resiliência e que a expetativa que o Município tinha, no presente momento, era de que os restantes 46% fossem financiados através do PRR, significando que o Município iria poder investir 3.100.000,00 euros, na recuperação, construção e reabilitação de setenta e cinco fogos neste Concelho, com um financiamento de cem por cento. E que esta seria uma boa notícia para todos e sobretudo para as famílias que estavam envolvidas. ----------

---------- O deputado Tomé Laranjinho disse desconhecer o que o senhor Presidente da Câmara estava a falar, na medida em que não tinha recebido a respetiva documentação e perguntou se algum dos deputados a teria recebido. ----------

---------- Perante o silêncio que se seguiu nesta Assembleia, o senhor Presidente da Câmara mostrou-se bastante surpreendido e acrescentou que se os deputados sabiam quais eram os pontos da ordem de trabalhos da presente sessão e não tinham qualquer documentação sobre os mesmos, ainda assim, ninguém tinha perguntado porque não a tinham recebido; pois que, a qualquer momento lhe poderia ter sido facultada. ----------

---------- O deputado Padre Eterno referiu que, como os documentos de suporte às assembleias continuavam a chegar sempre encima do tempo, provavelmente, os deputados teriam ficado à espera que lhes fossem enviados e talvez por isso, ninguém tenha dito nada. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- Perante tal situação, o senhor Presidente da Assembleia propôs que fosse retirado o presente ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia, tendo o deputado Padre Eterno respondido que não seria necessário retirá-lo e que ainda assim poderia este ponto ser votado.

---------- O deputado Tomé Laranjinho referiu que não era a primeira vez, nem a segunda e nem a terceira, que os documentos não lhe chegavam e responsabilizou o senhor Presidente da Assembleia pelo facto, tendo este respondido que não admitia que o responsabilizasse por isso; porque confiava nos serviços do Município pelo que apenas assinava as convocatórias. ---------

---------- Terminando a sua intervenção, o deputado Tomé Laranjinho sugeriu que o senhor Presidente da Assembleia agarrasse a legislação e verificasse quais as suas competências; tendo este respondido que bem sabia quais era as suas competências, mas que, ainda assim confiava nos serviços da Câmara para fazerem chegar os documentos a todos os deputados municipais. ----------

---------- Seguidamente, perguntou se os deputados estavam em condições de votar o presente ponto ou se alguém se opunha à sua continuidade na ordem de trabalhos desta sessão. ----------

---------- O deputado Padre Eterno perguntou se o senhor Presidente da Câmara teria pressa na aprovação do referido ponto, tendo este respondido que sim, tinha pressa na sua aprovação porque a Estratégia Local de Habitação dependia de ser aprovada por causa da aprovação do presente ponto. ----------

---------- O deputado Padre Eterno disse que não se importava de votar este ponto da ordem de trabalhos, fazendo abstenção por não conhecer o respetivo documento, não querendo impedir a Câmara de fazer o que tinha de fazer; para além disso, o ponto constava da convocatória e que bem ou mal deveria cumprir-se. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação **o ponto cinco** da ordem de trabalhos, que foi **aprovado por maioria com: zero votos contra; com 5 abstenções do DITA; e com 13 votos a favor (6 do PS, 6 da CDU e 1 do PSD)**. ----------

---------- Seguidamente, o deputado Padre Eterno pediu a palavra e sugeriu que relativamente aos resultados das votações efetuadas na presente sessão fossem mencionadas quais as funções políticas e como era que estas tinham votado, sob pena de que se as coisas não ficassem bem especificadas, poderiam não se perceberem no futuro. E referiu que em todas as abstenções

que o DITA tinha feito, estava implícito o juízo de valor acerca do funcionamento desta Assembleia. ----------

Período de "Intervenção do Público", no final da sessão, de acordo com o artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal.

---------- O senhor Presidente da Assembleia informou mais uma vez que não era cumprido o período de intervenção do público por não estarem criadas as condições para tal e devido ao facto da presente sessão ter sido realizada por videoconferência; no entanto, o deputado Tomé Laranjinho acrescentou que, mais uma vez não havia a intervenção do público, porque no Alandroal continuavam a realizar-se assembleias e não se criavam as condições para este intervir. E que em todos os pontos da ordem de trabalhos desta sessão, de uma forma ou de outra, o público poderia ter participado, sendo certo que e olhando para outras assembleias municipais, nomeadamente, a de Montemor-o-Novo, relativamente ao presente mês, bastava verificar-se que a mesma se realizou de forma presencial, no salão dos Bombeiros daquela Cidade; tal como aconteceu em Évora, que também se realizou da mesma forma. ----------

---------- No entanto, no Alandroal as assembleias municipais continuavam a realizar-se por videoconferência porque talvez, não desse jeito a alguns membros deslocarem-se; quando os casos de Covid-19 no Concelho e segundo a confirmação do senhor Presidente da Câmara, desde o surto existente nos estaleiros da Motaengil, felizmente, eram zero. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia referiu que já tinha esclarecido via e-mail, porque era que Assembleia não se tinha realizado de modo presencial e que, obviamente, nem ele nem a Mesa da Assembleia estavam em condições de assegurar qualquer tipo de responsabilidade para o funcionamento da mesma, ainda mais, num espaço tão amplo como o do Fórum Cultural Transfronteiriço do Alandroal. ----------

---------- O deputado Padre Eterno corroborou aquilo que o deputado Tomé Laranjinho tinha dito e lembrou que as assembleias de freguesias também estavam a ser feitas presencialmente.

---------- Em jeito de reparo, para que o senhor Presidente da Mesa desta Assembleia também se interrogasse, o deputado disse ainda, que o documento de contas tinha cerca de oitocentas e tal ou mil páginas, segundo a informação de que dispunha e, no entanto, cinco pessoas lá iam

rubricar, nada sendo desinfetado. Isto para dizer que muitas das vezes havia determinado tipo de perigos, sendo que todos eram exímios por um lado, e por outro não. ----------

---------- Quanto ao não assegurar ou não tomar qualquer tipo de responsabilidade na entrada do Fórum Cultural Transfronteiriço do Alandroal para a realização desta sessão, disse que não lhe pareceu que o senhor Presidente da Assembleia tivesse dado uma explicação plausível e credível. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia perguntou então qual era a solução, tendo o deputado respondido que a solução passaria por realizar as sessões da Assembleia de forma presencial, naquele Fórum Cultural, por este ter todas as condições para tal e uma vez que também lá se realizavam sessões de cinema, juntando trinta ou quarenta pessoas para assistir; número que era certamente maior que o número de membros desta Assembleia. ----------

---------- E disse que bastava que à entrada daquele Fórum estivesse um funcionário a indicar que só poderia assistir um determinado número de pessoas do público. ----------

---------- Por fim, o senhor Presidente da Assembleia perguntou ao deputado se assumia a responsabilidade no caso de haver alguma cadeia de contágio de Covid-19; tendo este respondido que ninguém assumia a responsabilidade, tal como também, ninguém a assumia quando ele via os vereadores assinarem toda a documentação, sem procederem a qualquer desinfeção, mexendo em todos os documentos. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, seguiu-se a leitura e aprovação desta ata em minuta.

APROVAÇÃO EM MINUTA

---------- E nada mais havendo a tratar, foi a presente ata, lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, no final desta sessão, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57.º, do Regime Jurídico das Competências e Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- O senhor Presidente desta Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos, do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um. ----------

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Ordinária do dia 30-06-2021

ATA N.º 5

---------- E eu, Maria Gertrudes Serra Calado Pisco, a secretariar na presente sessão, redigi e para constar lavrei a presente ata que subscrevo, dato e assino. ----------

---------- Alandroal, aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e um. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário